

# Esportes, associativismo e corporativismo na Era Vargas

Sports, Associativism, and Corporatism in the Vargas Era

Bernardo Buarque de Hollanda\*

**Resenha do livro:** OLIVEIRA, Gabriela Marta Marques. **Os jogadores que não ficaram apenas no banco:** futebol e identidade profissional dos trabalhadores bancários paulistanos na Era Vargas. São Paulo: Intermeios, 2024.

**Palavras-chave:** Futebol e identidade profissional; trabalhadores bancários; associativismo.

**Keywords:** Football and Professional Identity; Bank Workers; Associativism

**A**S PUBLICAÇÕES em livro de dissertações são pouco comuns nos dias de hoje. Um fator técnico diz respeito à digitalização e ao seu acesso via *download*, cada vez mais instantâneo à medida que os trabalhos são defendidos. Outro elemento, mais importante, concerne à difusão dos programas de pós-graduação e à respectiva junção compactada da formação acadêmica em um mestrado de dois anos, seguido de um doutorado de quatro anos.

Tal processo faz das dissertações um primeiro exercício de montagem e testagem de uma monografia científica, sem maiores expectativas para além de uma etapa formativa. A passagem para o doutoramento supõe que, com mais tempo, o pesquisador imprimirá folego, peso e autoralidade a seu trabalho intelectual apenas esboçado em um rápido biênio. Espera-se, pois, de uma dissertação contemporânea que seja uma espécie de balão de ensaio para a tese, quando de fato sua contribuição à comunidade universitária se tornará mais palpável e consistente, na demarcação de um espaço autoral – teórico, temático e/ou historiográfico – próprio.

---

\* Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Professor-adjunto da Escola de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: [bernardo.hollanda@fgv.br](mailto:bernardo.hollanda@fgv.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7781-4684>.

Nesse sentido, chama a atenção o lançamento do livro *Os jogadores que não ficaram apenas no banco: futebol e identidade profissional dos trabalhadores paulistanos na Era Vargas*, resultado de uma dissertação de mestrado em Educação Física na Unicamp, desenvolvida entre 2018 e 2020, e publicada em 2024 na coleção “entreJogos”, da editora paulista Intermeios, com foco nos estudos sociais dos esportes. A autoria é de Gabriela Oliveira, historiadora formada também na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor Edivaldo Gois Júnior, cuja agenda de pesquisa passa, entre outras, pelas políticas higienistas no século XX e por temas intrigantes, a exemplo da relação dos comunistas com a educação física no Rio de Janeiro dos anos 1930.

A interlocução da orientação parece, portanto, convergir para o assunto e o período histórico tratados no mestrado de Oliveira, ainda que o *locus* da autora seja a cidade de São Paulo, e não o Rio. Se o tamanho da dissertação – pouco mais de 100 páginas – é congruente com a média quantitativa de uma incursão investigativa de dois anos, a contribuição qualitativa ensejada pelo “problema de pesquisa em formação” é significativa. A leitura volta-nos a controvertidas questões da história republicana brasileira, em particular quando se aborda o lugar dos esportes na longa vigência da Era Vargas, que aqui se atém à sua primeira quadra (1930-1945).

O período foi talvez um dos mais explorados pelos historiadores do esporte. Podemos elencar dados factuais que trouxeram holofotes a esse recorte temporal, desde as iniciativas de profissionalização do futebol, a partir de 1933, até a interdição da prática de modalidades esportivas às mulheres, sob canhestros princípios de fisiologia corporal; da participação do selecionado nacional nos primeiros torneios internacionais organizados pela FIFA à criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) durante o Estado Novo, com a adoção de uma moldura jurídico-política centralizada e verticalizada, fazendo jus ao “espírito do tempo”.

A lista de episódios pode continuar a ser arrolada com a presença brasileira nas Olimpíadas de 1932 e de 1936 – inclusive a feminina, no caso, as nadadoras Maria Lenk e Piedade Coutinho, respectivamente – e o soerguimento do primeiro estádio público do país, o Pacaembu, em 1940; com os usos instrumentais do autoritarismo nos esportes e os debates sobre a questão racial à luz de ídolos de origem negra, como Leônidas da Silva; com a massificação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro e em São Paulo – Mário Filho e Thomaz Mazzoni à frente – e com a invenção de competições futebolísticas para a espetacularização do lazer urbano; com a amplificação nacional da popularidade do futebol na capital da República, através do fenômeno radiofônico – a Era Vargas também é a Era do Rádio – e com o surgimento das torcidas organizadas e uniformizadas no eixo Rio-São Paulo durante os idos de 1940.

Poderíamos ainda elencar outros acontecimentos que têm despertado o interesse dos pesquisadores para esses 15 anos de transformações político-econômicas profundas da sociedade brasileira sob o ângulo da vida desportiva. Os elencados acima são suficientes,

de todo modo, para dar a dimensão do recorte específico trazido por Gabriela Oliveira nesse livro, ao direcionar seu olhar menos a tais macroeventos já sobejamente explorados e mais a um elemento pouco percebido do dia a dia das principais cidades brasileiras.

Trata-se do desafio de levantar novas fontes primárias jornalísticas e arquivísticas e de circunscrever a coexistência de práticas esportivas diversas com os assim chamados “mundos do trabalho” no Brasil. Para tanto, a autora delimita uma cidade – a capital paulistana – e uma categoria profissional – a bancária – para fazer uma periodização do cotidiano desse segmento particular de trabalhadores em meio ao domínio varguista. A dinâmica tensionada com o poder permite perceber quando se ativam interesses classistas, como sua (proto)consciência se forma e desforma, se faz e desfaz, ante conjunturas que são exploradas pelas lentes das associações e das ligas organizadas, tanto em torno do trabalho quanto em virtude da fruição do seu lazer ou do seu tempo livre.

A historiadora acompanha o processo de constituição associativa entre tais profissionais na realidade multifacetada da principal metrópole econômico-financeira do país: a São Paulo dos anos 1930 e 1940. Nesse contexto, a miríade de bancos – contam-se dezenas entre grandes e pequenos, entre nacionais e estrangeiros, entre públicos e privados – fazem dos bancários uma categoria tão numerosa quanto heterogênea, a um tempo influente e diversificada entre si, chegando a alcançar mais de três mil trabalhadores na capital paulistana em princípios de 1940. Estes, por seu turno, têm uma peculiaridade geográfica favorecedora de sua sociabilidade, porquanto os estabelecimentos bancários se concentravam em grande maioria na região histórica central da cidade, conhecida como “Triângulo”.

Um dos méritos da pesquisa consiste em mostrar como tal expressividade quantitativa e qualitativa ensejou uma identidade trabalhadora num gradiente assimétrico e complexo, mas que encontra experiências culturais em comum – a dicção e a filiação thompsoniana são evidentes na abordagem do assunto – pela via dos esportes.

Longe de ser tábula rasa, esportes como principalmente o futebol, mas também o basquete, o atletismo e até o tênis, além de jogos de mesa e de salão, como o xadrez, a sinuca e o ping-pong, são práticas que assistem a transformações e a apropriações ao longo do período analisado. Gabriela recorre à pequena e à grande imprensa e à documentação existente em arquivos de sindicatos (o Cedoc) e de clubes bancários para mostrar de que maneira os diferentes grupos de trabalhadores de uma mesma categoria disputam os sentidos e significados do esporte entre si, mas também *vis-à-vis* dos outros atores sociais, sejam eles os patrões, as entidades esportivas e os governos.

O mais surpreendente é perceber a ausência de uma posição segmentada da prática esportiva. Esta não se reduz à condição de complemento ou de corolário da reflexividade das lutas trabalhistas, sindicais ou ideológicas em jogo no processo de mobilização dos trabalhadores para suas causas, e para a dos bancários em particular, cujas especificidades Gabriela Oliveira nos apresenta com clareza e poder de síntese.

A autora revisita uma categoria cujos estudos remontam aos anos 1980, quando Letícia Bicalho Canedo, sob orientação do cientista político Leôncio Martins Rodrigues, abordou, em seu mestrado e doutorado na USP, a classe bancária de forma pioneira, em paralelo à efervescência e ao protagonismo do novo sindicalismo do ABC paulista. Outro interlocutor pretérito para o entendimento do sindicalismo bancário e sua condição ambivalente entre os “operários de casaca”, os “empregados” e os “funcionários de classe média” é o pesquisador Lirauccio Girardi, que trata do mesmo período histórico de Gabriela em sua dissertação na Unicamp, em meados dos anos 1990, com a orientação de Armando Boito Jr.

Nessa linhagem, somada a outros pesquisadores citados no livro, entendemos que Gabriela Oliveira inscreve a contribuição de sua investigação, com a adição do fator esportivo, via de regra desconsiderado desde os anos 1970 como tópico relevante entre cientistas sociais e historiadores, por preconceitos, razões e óbices teóricos hoje em dia bem sabidos. Isso posto, a proposta aqui consiste em percorrer a historicidade do associativismo esportivo entre os escriturários, os contadores, os auxiliares, os contínuos, os agentes de portaria, os estafetas, os colarinhos-brancos e toda sorte de administradores de baixo, médio e alto escalão no universo multifacetado dos bancos. Trata-se de um período em que a divisão salarial ainda não era formalizada e gerava ainda mais assimetria entre os funcionários subalternos e os dirigentes dos estabelecimentos monetários. Com efeito, a obra nos permite enxergar os tensionamentos e as contradições de que foram contemporâneos esses agentes.

Grosso modo, o livro estrutura três configurações para o entendimento das correlações entre práticas esportivas e atuação política entre os bancários paulistanos, indo do assistencialismo à militância e deste ao corporativismo. A primeira delineada situa-se entre 1929 e 1932, quando a Liga Bancária de Esportes Atléticos (LBEA) é criada, na esteira da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, fundada em 1923, com inspiração mais beneficente e filantrópica; a segunda, entre 1933 e 1935, com o processamento de radicalização da categoria e com crescentes demandas grevistas, *pari passu* a demais grupos de funcionários e de operários no país. O quadro leva a uma dissidência sindical interna entre os bancários – peculiarmente chamada de *Syn-Dikê* – e ao respectivo surgimento de uma liga dissidente nos esportes também, quando a LBEA assiste à criação da dissidente Federação Esportiva dos Bancários (FEB).

E, afinal, a terceira fase, entre 1936 e 1945, quando as cisões no interior desse funcionalismo cessam e permitem a reunificação, seja do sindicato da categoria seja da liga desportiva. Sob a via conciliadora, findam-se as querelas do pluralismo *versus* unidade sindical, da militância contestatória *versus* o sindicalismo amarelo, que se alinham ao paradigma corporativista ensejado pelo Estado Novo, em especial no tocante aos funcionários do Banco do Brasil.

Uma vez reunificada, a liga de desportos volta a mobilizar as centenas de bancários em competições expressivas, na presença de uma assistência, que chega a se valer de estádios de clubes profissionais da cidade, como o Parque São Jorge, do Corinthians, ou o campo do Juventus da Mooca, na rua Javari, sem contar as demandas pelo uso do complexo público desportivo do Pacaembu. No decurso desse decênio, tais jogadores-trabalhadores fazem ainda articulações em nível interestadual – notadamente com clubes de bancários do Rio de Janeiro –, mas também articulam uma rede em âmbito nacional, com vistas a um campeonato com representantes de diversos estados, e até mesmo organizam amistosos com alcance sul-americano.

Conforme já mencionado, as fontes para a reconstituição do período são buscadas nos arquivos do sindicato – atas e relatórios – e nos acervos de clubes desportivos ligados a bancos, sendo os principais deles o Satélite FC e a A.A.B.B. – a Associação Atlética Banco do Brasil. Estes dois clubes são tomados em contraponto paradigmático, segundo a autora, das diferenças no seu perfil socioeconômico, haja vista que acentuam como o esporte pode aproximar, mas ao mesmo tempo explicitar e reforçar as clivagens de classe no interior de uma mesma categoria. Jornais e revistas sindicais, com tiragens de até quatro mil exemplares, são examinados para encontrar as evidências da presença cotidiana das práticas esportivas na vida dos bancários, a propiciar relações sociais dentro e fora do ambiente de trabalho.

O material jornalístico dá insumos para a contextualização das práticas e das percepções acerca dos esportes no período, sejam as estratégias de distanciamento e crítica dos anarquistas face ao futebol e outras modalidades esportivas, sejam as opções de proximidade e mobilização dos comunistas, sejam mesmo os projetos patronais e governamentais com vistas a incutir seus interesses e valores de cultura física e de ordenamento social por meio do reconhecimento do seu potencial ideológico latente no associativismo esportivo.

O recurso utilizado pelo livro para compartilhar o cenário descrito e o panorama problematizado nesses espaços é a reprodução das imagens jornalísticas, com as fotos das sedes das associações no triângulo geográfico original da cidade, com a reprodução de mapas do sistema bancário e sindical no centro histórico de São Paulo, com o provimento de tabelas acerca das negociações, das reivindicações e do custo de vida à época e, no caso propriamente futebolístico, com as fotografias dos times perfilados para os jogos e as disputas.

Dessa forma, a leitura permite compreender como, com base no trabalho, cimenta-se toda uma cadeia inaudita de relacionamentos e de camaradagens – correspondências, encontros, deslocamentos e viagens – entre esses profissionais, por meio de amistosos e taças, torneios e campeonatos. A vida associativa faz do trabalho uma espécie de fato social total, à medida que engendra relações e interações também fora do círculo ordinário

e diário, burocrático e funcional da rotina dos bancos. A motivação para as competições em espaços não laborais configura clubes que com o tempo se tornam associações; estas criam ligas, que por sua vez se relacionam, quer seja com os sindicatos quer seja com entidades esportivas maiores, como a Liga Paulista de Futebol (LPF), com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) ou com o Conselho Nacional de Desportos (CND).

A título de encerramento, visa-se uma breve contribuição crítica com esta resenha, levantando alguns pontos desdobrados da leitura. Em termos mais interpelativos, sentiu-se ausência de diálogo com um estudo capital das relações dos esportes com o Estado Novo, de autoria do historiador Maurício Parada. Tal lacuna compromete o princípio investigativo de que a compreensão do período parte do estado da arte do que já se conhece previamente sobre o assunto. Não cabe aprofundar, mas haveria delimitações e deduções a fazer a partir do quadro desenvolvido por Parada em *Educando corpos e criando a nação* (2009), aspecto que, a meu juízo, valorizaria ainda mais a originalidade da abordagem de Oliveira no enquadramento estadonovista dos esportes, ou por outra, no enquadramento esportivo do Estado Novo.

Outra observação recai sobre a metodologia do uso com impressos dos arquivos e dos jornais dos sindicatos. Percebemos, por um lado, a existência de uma discussão sobre a organização e o arranjo arquivístico dos periódicos, suas lacunas, seus silêncios e suas incongruências desde os anos 1980, bem como seu processo de digitalização mais recente. Reconhecemos, ainda, a utilização das fotografias dos jornais, reproduzidas na dissertação e no livro. Por outro lado, parece-nos que a pesquisadora pode ir mais a fundo em seu método na lida com tal documentação para além de uma mera fonte. O leitor termina a leitura sem tomar *Vida bancária*, também chamada de *Folha bancária*, e suas congêneres como um objeto a ser examinado de uma maneira mais detida e estrutural, uma vez que sabemos da capacidade aglutinadora e difusora desse tipo de periódico na circulação das ideias e na mobilização da classe trabalhadora durante parte considerável do século XX.

Último, mas não menos importante acerca dessa instigante pesquisa: entendo que há bons indicadores compartilhados no decorrer do livro sobre história econômica – em particular os dados anuais do Ministério da Fazenda sobre os custos de vida de 1912 e 1941 –, mas haveria outros a acionar numa apreciação de conjunto da classe trabalhadora da época. A autora reitera a condição numerosa dos bancários paulistanos, o que não se duvida, em face da força industrial e urbana da cidade, mas os números absolutos são dados sem que se sopesem informações relativas e comparadas a outros extratos de operários e empregados do funcionalismo na capital paulistana.

Penso na importância de uma valorização ainda maior da pesquisa ao inscrever o segmento investigado na São Paulo que constituía o maior polo industrial da América Latina. No ano de 1941, a vida fabril e febril pontificava com quatro mil fábricas e mais de 1 milhão e 400 mil habitantes, com 12 bibliotecas, dez estações de rádio, dezenas de



jornais de grande circulação – a autora lança mão de alguns (*Gazeta, Folha, Estadão, Correio Paulistano*) na identificação de informações complementares sobre clubes e ligas –, 70 cinemas e teatros, entre outros índices da pujança urbana. Assim, o próprio perímetro central palco das diversas sedes associativas e esportivas dos bancários pode ser mais bem contextualizado, com os mencionados prédios Martinelli – o mais alto da América do Sul, que aliás tinha um bar destinado à confraternização dos bancários – e Matarazzo sendo situados em sua importância histórica e contemporânea na cena descrita.

As bases da organização social e institucional do Estado nacional também caberiam nessa contextualização, uma vez que a categoria dos bancários ganha força e importância não apenas em função da estruturação do sistema financeiro, mas também com o incremento substantivo do quadro de servidores públicos e privados no país. Dados oficiais informam que, entre 1920 e 1940, o número desses funcionários com vínculos estatais por mil habitantes salta de 7 para 14 na Região Sudeste. As forças de segurança, logo também um contingente de repressão da classe operária e dos grevistas, contam 50 mil homens do Exército em 1930, ao passo que as polícias estaduais alcançavam quase 40 mil efetivos nesse mesmo período.

Haveria ainda mais a salientar, como as diferentes ênfases das questões de raça – bem exploradas ao tratar dos atletas negros – e de gênero – pouco exploradas, ao indicar tão somente a presença ínfima de mulheres na categoria, sem correspondente problematização – presentes no livro. Mas, para não alongar mais esses apontamentos, encerro aqui esta resenha, sublinhando o quanto as dissertações de mestrado, como no caso desta em particular, ora publicada, continuam a trazer instigantes rendimentos analíticos para a produção científica brasileira que atua na interface dos estudos histórico-sociais do futebol com os mundos do trabalho no Brasil.

Recebido em: 13/01/2025

Aprovado em: 27/02/2025